

# Resenha

---

## Educação e sociedade na Primeira República

autor	Jorge Nagle
cidade	Rio de Janeiro
editora	DPA
ano	2001

Em 1974, o professor Jorge Nagle, da Universidade Estadual de São Paulo, *campus* de Araraquara, publicou um livro que estaria destinado a compor, no campo dos estudos da educação brasileira, essa exclusivíssima lista de obras que, em cada área, permanecem como referências essenciais para todos que a freqüentam.

Entre as múltiplas razões que justificam a excepcionalidade de *Educação e sociedade na Primeira República*, está, sem qualquer dúvida, como há pouco assinalou Miriam J. Warde, o fato de que a obra se constitui “marco de passagem de gerações de pesquisadores da educação e ponto de virada de padrões de pesquisa educacional”<sup>1</sup>. Trata-se, assim, de um livro cuja trajetória, nesses quase trinta anos de sua primeira publicação, confunde-se com a própria trajetória recente da reflexão educacional, pela influência exercida sobre aqueles que mais ultimamente a vêm alimentando. Mas trata-se também – como tão bem registra a mesma autora, em resenha-homenagem para a edição comemorativa dos 500 Anos de Descobrimento da Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – de uma iniciativa que, nada tendo de isolada ou extemporânea, inscreve-se ela própria em um percurso coletivo, a ser justamente associado ao trabalho de edificação das bases sobre as quais a educação brasileira passa a poder ser pensada em termos mais rigorosos e férteis. Nada mais justo, portanto, do que referi-la de imediato à profícua filiação de Anísio Teixeira, Laerte Ramos, Antonio Candido, Florestan Fernandes, Luiz Pereira, Maria Alice Foracchi, Dante Moreira Leite.

Porém, fazendo a passagem entre o pioneirismo da geração dos “próceres da renovação educacional” e aquela que, a partir dos anos

---

1 Em *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, pp. 161-165, maio-ago. 2000.

setenta, teria por difícil tarefa a consolidação desse patrimônio de crítica intelectual e de formação acadêmica, *Educação e sociedade na Primeira República* destaca-se por ser mais do que um documento, por valioso que fosse, de tempos revolutos. É pois sob o signo da gritante atualidade de algumas de suas postulações mais profundas, da urgência dos questionamentos que não cessam de emergir de sua releitura para a interrogação de nosso presente que, a meu ver, em toda justiça, a obra deve ser examinada: mas que outra exigência mais compatível com as razões de se investir a história?

A primeira e mais central dessas postulações, apresentada já na introdução da obra, refere-se à decisão de não dissociar, no estudo da educação escolar, ou da escola da Primeira República, a análise do contexto social-histórico em que se insere, o exame das condições e características políticas, legais e administrativas de instituição e a reflexão sobre sua “estrutura técnico-pedagógica”, isso é, sobre as tendências e concepções, sobre os sentidos teórico-conceituais que se exprimem através da literatura educacional e que encarnam, ou não, sob a forma de iniciativas, atitudes, procedimentos e técnicas de atuação educativa. A pretensão decerto é de monta: como conciliar o rigor analítico – que, por si só, já se oferece como crítica à tradição das amplas abordagens, votadas a refazer as sendas já estabelecidas do discurso oficial – e uma exigência de sentido sem a qual a escola e toda a realidade que a concerne se despem de suas significações mais profundas, desfazendo-se em preciosismos que, sofisticados ou banais, retiram do objeto de estudo toda sua dignidade?

Assim, a primeira lição que Jorge Nagle oferece à área da educação é a de uma absoluta coerência entre o conteúdo e a forma, entre a tese que pretende sustentar e os meios que vai buscar para fazê-lo: a veemente crítica que se dispõe a estabelecer a redução do campo educacional a um terreno de técnica, desertado pela sociedade e feito monopólio dos especialistas induz ao desafio de buscar os caminhos de volta à sociedade, ao enraizamento na atualidade, do qual o autor não poupa sua obra. Teria ele obtido êxito nessa tarefa?

Jorge Nagle descreve cuidadosamente o cenário político-econômico da Primeira República, assinalando, na exposição das ba-

ses dos fenômenos do patrimonialismo, do coronelismo e do mandonismo, a manutenção da rígida estruturação de poder instituída no período monárquico. Ou, mais ainda, a tradução, nos novos termos da Federação, das “condições objetivas da estrutura agrária dominante” – pelo que a política dos governadores aperfeiçoava e ampliava, no sistema de representação então instalado, o monopólio do poder, submetendo o espaço público nascente às contingências da luta travada entre interesses privados. Mas essa análise não o conduz à afirmação de um simples prolongamento, em termos sociais ou educacionais, entre o II Império e a República, ou a qualquer veredicto apressado sobre o período: enfatizando o desaparecimento do “...modo de ordenação consolidado durante o Império, de acordo com o qual o que contava se resumia no binômio senhor-escravo” e a importância que assume a Velha República na formação de uma ordem competitiva, tanto quanto da sociedade classista, o autor chama a atenção para a presença de um “processo inicial de metamorfose de um Estado Liberal para um Estado mediador” (p. 50); e propõe que se passe a investigar, nesse regime que tantos proclamaram mais idealizado do que real, as evidências que pode fornecer a educação: “A alteração no padrão de estratificação pode ser verificada pelos seus resultados na esfera da educação escolar, principalmente na década de vinte; o entusiasmo pela educação e as freqüentes reformas deixam entrever o objetivo de democratizar a cultura, pela ampliação dos quadros escolares” (p. 45).

Em um segundo momento, Nagle se dedica a caracterizar os movimentos político-sociais e correntes de idéias que, a seu ver, marcaram o contexto de instituição da educação escolar no Brasil. Plenamente evidenciados se fazem, a essas alturas, os riscos de um outro compromisso implicitamente postulado pelo autor: o de dotar seu trabalho de um caráter eminentemente didático, sacrificando ao exercício da exposição cuidadosa – ainda que necessariamente lacunar – a elegância e sutileza que análises mais complexas – mas, também, forçosamente mais enigmáticas ao leitor comum – trariam a seu texto.

Mesmo assim, não creio em nada despropositada a idéia de que caberia voltar, ainda hoje e mais do que nunca, à injunção contra a “...aplicação mecânica de categorias e um modelo que

transbordava o singelo contexto histórico-social da sociedade brasileira da época”. Pois, ainda que o vocabulário da época nos pareça datado, ele em nada prejudica a lição:

Na verdade, não se procurou distinguir o “abstrato” do “concreto”, isto é, não se procurou estabelecer o nível de correspondência entre o modelo e o quadro existencial. [...] *Conservados em seus elementos universais, obtidos pela análise de formas históricas mais evoluídas, tentou-se interpretar a realidade brasileira...* Por isso mesmo, o que excedeu em esquema teórico, faltou em informações históricas concretas. De modo geral, tais correntes de idéias ou movimentos político-sociais não se deixaram impregnar por determinadas condições de ambiência histórica do período, que era, fundamentalmente, a preocupação em “pensar o Brasil” e, em função disso, retirar as necessárias seqüências para atuação [p. 63].

Destaca-se ainda nesse segundo capítulo, em meu entendimento, a ênfase concedida ao nacionalismo, como conjunto polissêmico de significações a ser permanentemente relacionado com a instituição da escola brasileira: seu caráter híbrido, que marca os limites e as ambigüidades do projeto nacional que é o nosso, revela, segundo o autor, que “...nesse caso sobram fatos e existe ausência de teorizações mais elaboradas”; e, ao lado da constatação desse vazio, ressoam, em nossa contemporaneidade, os alertas contra as “...formulações pseudocientíficas, quando não... propriamente mistificações” (p. 63).

Mas importa igualmente ressaltar, diante do(s) nacionalismo(s), que a escola aparece não só como terreno privilegiado dos investimentos cognitivos, afetivos e simbólicos então realizados pelas elites brasileiras, mas como instituição capaz de fazê-los ecoar mais duravelmente:

As primeiras manifestações nacionalistas apareceram, de maneira mais sistemática e mais influenciadora, no campo da educação escolar, com a ampla divulgação de livros didáticos de conteúdo moral e cívico ou, melhor, de acentuada nota patriótica. São obras que pretendem fornecer à criança e ao adolescente

uma imagem do País adquirida por via sentimental; de modo algum isso significa desprezar muitas afirmações nacionalistas de vários intelectuais brasileiros. Ocorre que a doutrinação iniciada no campo da educação escolar repercutiu, na época, mais do que quaisquer outras, além do que teve maior continuidade;... [pp. 64-65].

Por mais incômodas que nos possam parecer, hoje, essas formulações, elas sem dúvida nos relembram de tudo que ainda resta a explorar, no que respeita à natureza e aos limites do caráter *instituinte* da escola pública e aos desafios que podem atualmente ser os seus.

Mas toda essa primeira parte da obra só pode ser corretamente aquilatada à luz da interpretação para a qual finalmente converge, no terceiro e vasto capítulo dedicado à já famosa postulação do “entusiasmo pela educação” como solo imaginário para a “retomada, intensa e sistemática, dos princípios do liberalismo” (p. 132). Convém lembrar que esse último é inicialmente descrito como “força desenclausuradora” (p. 131) que se manifesta no contexto da passagem do modelo agrário-comercial para o modelo urbano-industrial e de alteração da ordem estamental em direção à sociedade de classes. Eis, porém, uma das ocasiões em que se torna quase impossível dissociar as teses defendidas por uma obra do contexto mais amplo em que se deu sua recepção – no caso, o hipercriticismo esterilizante das teorias sobre o “reprodutivismo” da escola, tão em voga a partir do final dos anos setenta. No entanto, seria injusto imputar à sempre fina crítica de Jorge Nagle alguma responsabilidade pela incômoda vizinhança com o estreito papel reservado, em seguida, à educação, tanto quanto com os excessos dos usos automáticos que, em seu nome, como no de alguns outros, puderam ser cometidos.

A verdade, porém, é que nem o “entusiasmo pela educação”, nem seu paroxismo, o “otimismo educacional”, são fenômenos tipicamente brasileiros. Nesse sentido, a ausência de um exame mais acurado das vicissitudes de configuração do Estado brasileiro, apenas aludidas, mas reveladoras da tendência mais ampla ao tecnocratismo dos Estados modernos, é realmente a lamentar.

Resta-nos, portanto, seguir adiante ali onde a obra, indicando

vias que permaneceram inexploradas, sugerindo desenvolvimentos que a nossos olhos parecem inevitáveis, demonstra sua grandiosidade: pois o próprio das grandes obras, dizia Cornelius Castoriadis, é oferecer aberta e generosamente as oportunidades para sua superação.

Porque o recurso à história, como Nagle tão bem soube demonstrar, é também prática de interrogação teórico-conceitual permanentemente alertada contra as armadilhas do pensamento já instituído, é que convém ainda indagar a *forma própria* de que se revestiu (tardamente?) em nosso país o demiurgismo educacional típico do iluminismo – esse movimento pelo qual, em tantas tradições, “...a escolarização tem um papel insubstituível, pois é interpretada como o mais decisivo instrumento de aceleração histórica” (p. 134); mas, por esse mesmo motivo, seria igualmente oportuno desafiar as facilidades que provêm das “palavras finais” sobre a realidade humana e social para analisar, em toda sua complexa natureza, a emergência de uma exigência que é, a um só tempo, expressão acabada da ânsia de dominação ampliada da sociedade e da natureza que dá sustentação à organização capitalista e tênue manifestação da aspiração à emancipação humana e social que, apesar de tudo, nosso século nunca deixou de expressar. Eis como, acredito, seria preciso reconsiderar o “entusiasmo pela educação”: à luz dos desinvestimentos que explicitamente marcam a distância que vai dos nossos próprios tempos àqueles em que

...de um lado, existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo; de outro lado, existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo) [p. 134].

Mas, se nossos tempos são também daqueles em que as disposições legais sobre educação proclamam “...o sonho de, pela instrução, formar o cidadão cívica e moralmente...” não seria aqui, talvez mais do que em qualquer circunstância, que as considerações e a fortunosa

categorização de Jorge Nagle ganham uma estranha atualidade, reapresentando-nos, por debaixo de seus novos semblantes, as armadilhas que supúnhamos conjuradas para sempre? Pois, também no que tange à formação ética do cidadão, sempre vale o lembrete de que, “analisados pelos ‘técnicos’, os problemas se comprimem num domínio especializado, e se segregam, ao serem menosprezadas as vinculações com problemas de outra ordem” (p. 136).

O longo desenvolvimento sobre o “entusiasmo pela educação” é sucedido por um exame das ações federais empreendidas em termos de educação: e, por si só, essa organização já indica a intenção de dispô-las como adequado pano-de-fundo, a ressaltar o ineditismo e a vitalidade das reformas estaduais promovidas sob o selo do escolanovismo. Mas o autor não deixa, ainda assim, de evidenciar – e, dessa feita, com argumentos muito mais expressivos para seu leitor – todo o dilema primevo-republicano: da profunda flacidez desse poder central, que sobrevive das complacências, e também da necessidade de legitimação das forças regionais. Eis como, ao poder central, devem-se resultados “sintéticos e modestos” que, Nagle não poupa de lembrar, foram considerados, “pelos meios não-oficiais”, “uma situação... humilhante e calamitosa” (p. 239).

Eis como, discretamente, o exame oferecido para a atuação federal prepara o terreno – até então pouco explorado – em que as atenções do leitor fatalmente se voltarão para o ineditismo e para a repercussão de um movimento que, reverberando sincopada e progressivamente em diferentes Estados da Federação, estabelecerá as bases do que se conhece, atualmente, por educação escolarizada.

O pressuposto de base, no entanto, é o de que os sistemas educacionais não sofreram, nas três primeiras décadas do século, alterações significativas. O “fervor ideológico” dos momentos iniciais da República não se manifestou em obras duráveis, e revelou-se passageiro. A última década da Primeira República testemunha, assim, uma fé toda feita de exasperação, mas também marcada pela índole “idealista” que caracterizou o período; mas cabe à grandeza de Nagle perceber, no seio desse amplo processo *reformista e remodelador* que ainda está por descrever que, “pela primeira vez na história da educação brasileira, se verifica, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma discussão doutrinária e também a realização de novos padrões de cultura e de ensino” (p. 246).

Eis mais um exemplo da enorme atualidade da leitura empreendida por Jorge Nagle: quantos anos, após sua primeira edição, nos foram necessários para entender que, durante a década de vinte, o que se passa é que enfim se descobre a escola como *instituição social*, pelo que se valoriza a natureza política da ação educativa, em detrimento de seu caráter “humanitário”? Contra as leituras pouco generosas que a obra possa ter suscitado, em sua enorme trajetória, só nos resta opor a enorme lucidez presente em cada uma dessas páginas em que o autor assinala, por exemplo, a enorme importância de se fazer da obrigatoriedade, mais do que princípio formal, objeto de medidas concretas que visam garantir sua aplicação (p. 276).

Mas o interesse de Nagle pela educação o conduz a caminhos muito mais espinhosos: como, por exemplo, o de enunciar – é importante que se diga, quando da primeira publicação de *Educação e sociedade na Primeira República*, e por mais que hoje em dia se mantenha, em nosso país, essa estranha ambigüidade afetiva que caracteriza a relação brasileira com as leis – a importância da atividade legiferante:

O valor demiúrgico das leis e das instituições, estabelecidas e criadas sem a necessária correspondência com as condições de existência social, tem sido uma das características apontadas pelos estudiosos do regime republicano, o que tem dado margem a uma ampla discussão sobre as diversas modalidades de “idealismo” que acompanharam, constantemente, essa fase da história. Contudo, no domínio da escolarização, como também em outros domínios, há exemplos que mostram determinados aspectos positivos desse traço. Especialmente em relação à escolarização na década de vinte, não se pode esquecer que a atividade legiferante se impunha como um dos instrumentos básicos para disciplinar esse campo, até mesmo para proporcionar-lhe certo prestígio no domínio dos serviços sociais ou da administração pública. [...] não resta dúvida de que, estabelecidas as regulamentações, foi possível, nos decênios posteriores, impulsionar o processo de escolarização em outras direções [p. 307].

Nagle decerto dimensionava os limites que separam a ativida-

de reformista da radical revolução da sociedade: entretanto, interessam-lhe as singularidades do processo pelo qual, na sociedade brasileira, instituem-se as bases da escola pública:

...na década de vinte tenta-se, pela primeira vez, realizar o novo modo de estruturação das instituições escolares. Por isso é que se fez referência, na seção anterior, a um movimento reformista e remodelador; isso quer dizer que, de certa maneira, nesse decênio se repetia a primeira etapa do desenvolvimento da Escola Nova nas suas dimensões universais, que se deu na última década do século XX. [...] Uma particularidade, no entanto, vai-se apresentar quando se compara o movimento da Escola Nova na dimensão universal com o modo de penetração no Brasil: *aqui, as primeiras iniciativas foram de caráter público*, pois apareceram com o movimento reformista da instrução pública que se deu nos estados e no Distrito Federal, enquanto nas origens e na dimensão universal as primeiras iniciativas foram de caráter privado [pp. 310-311].

É bem verdade que o diagnóstico final que Nagle realiza sobre o movimento escolanovista pode parecer excessivamente pessimista. No entanto, como negar a extraordinária lucidez com que ele identifica e destaca o fenômeno pelo qual, no meio educacional brasileiro, tantas vezes os jargões e palavras da moda substituem a decisão autônoma, as concepções difundidas obliteram a ocorrência de uma reflexão mais aprofundada, enfim, o jogo de palavras pretende se passar de toda ação?

... não houve a necessária correspondência entre as pregações e o nível de saturação institucional, por que, entre outros motivos, inexistia uma instrumentalização adequada para facilitar a passagem; ...o que fundamentalmente se deu foi a difusão de novas idéias, novos princípios, novas teorias, enfim, novos vocábulos e expressões que enriqueceram a linguagem pedagógica existente. A consequência mais imediata foi a vulgarização de determinadas afirmações e conceitos, de características auto-explicativas, ao lado da quase total ausência de esforço para explicitar seu significado e assim obter os necessários recursos para a aplica-

ção institucional... Apesar do emprego de linguagem peculiar à corrente escolanovista, nota-se a ausência de alterações mais firmes e coerentes, bem como a incapacidade para retirar do novo ideário as mais importantes conseqüências – muitas vezes, as conseqüências mais elementares [pp. 333-334].

Construção eminentemente simbólica, a Escola pública é, sem dúvida, muito mais do que isso: mas sobre sua instituição continuam a pesar as duras limitações que são as de nossa sociedade, quando se trata passar a ato, e oferecer concretização aos ideais de justiça, de igualdade e de participação tantas vezes proclamados. Não é tanto, pois, a crítica teórica aos ideais do movimento que está em jogo aqui, mas a crítica à inanidade de todo ideal educativo que, autonomizado de seu contexto de origem, pretenda subsumir a política – isso é, a atividade deliberante pela qual a sociedade se auto-instituiu, em nome exatamente desse poder instituinte, luta por sua emancipação. É essa a postulação central do livro, explicitamente afirmada em mais de uma passagem:

...se, em lugar de discutir esse acontecimento considerando-se apenas dados de natureza educacional, se tentasse analisar o escolanovismo de um ponto de vista que combine os assuntos educacionais com os temas da sociedade em geral, o modo de percepção desse acontecimento será alterado. A escolarização deixa de ser considerada esfera autônoma e as indagações que se fazem a seu respeito passam a situar-se no nível de determinado quadro histórico-social, onde ganha significado e de onde é possível deduzir as mais significativas projeções [pp. 334-335].

Analisado desde a perspectiva que o autor fornece, o escolanovismo deslocou o sentido da educação da esfera política, na qual ganhava sua inteira inteligibilidade, para a esfera, diríamos, semi-privada de atuação dos “especialistas”. A valorização da dimensão técnica da educação correspondeu, assim, a mais do que um mero distanciamento em relação à sociedade e aos rumos que essa passava, então, a adotar: através dele, a escola pública se acumplicia e se faz porta-voz das sucessivas postergações do ideal democrático, em benefício de um desenvolvimento econômico e social profundamente

excludente (p. 335). É essa a marca idealista do pensamento educacional que se expressa com toda nitidez, segundo Nagle, na literatura sobre a educação publicada à época, que “contribui para distanciar, ainda mais, o mundo de ficção do mundo da realidade” (p. 352).

É fato que, desde a primeira publicação do livro, muitas foram as críticas dirigidas à forma como nele o movimento da Escola Nova é analisado. E seria impensável que os estudos mais recentes sobre a história da educação brasileira não tivessem fornecido novas perspectivas e novos desenvolvimentos para o exame dessa época nem tão longínqua de nosso passado, como de fato o fizeram. Mas nada disso retira o impacto e a atualidade do velho tema dos *especialistas no poder* – cuja primeira defesa, formalizada por Platão, inaugura a longa trajetória do autoritarismo tecnocrático na história das sociedades.

É de se esperar assim que, em tempos de neoliberalismo e de neotecnicismo, a publicação tão longamente esperada dessa segunda edição da obra de Jorge Nagle possa suscitar as novas apreciações que só o presente lhe poderá acrescentar.

*Lílian do Valle*  
Professora da  
Universidade Estadual  
do Rio de Janeiro